

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. EM LIQUIDAÇÃO

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022**

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. EM LIQUIDAÇÃO

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do Liquidante

Relatório do Conselho fiscal

Relatório dos Auditores independentes sobre às demonstrações financeiras

Demonstração dos ativos líquidos de abertura - DAL

Demonstração da mutação dos ativos líquidos

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Declaração do Liquidante sobre as demonstrações financeiras

Declaração do Liquidante sobre os relatórios dos auditores independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto operacional

A Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotista ou acionista.

A sede da Companhia está localizada na Av. Ayrton Senna, nº 3.000, sala 4.098, Barra da Tijuca, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017, foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”). Diante disso, em 30 de novembro de 2017 foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia.

Com a alienação acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de dezembro de 2018, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76.

No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação. Foi deliberado ainda, a nomeação de Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária de Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020, foi aprovada a destituição do liquidante Carlos Eduardo Reich de Sampaio e a nomeação da empresa Eximia Capital Partners como novo liquidante da Companhia.

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal do Brasil, conseqüentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos, não sendo possível mensurar a data de encerramento do período de Liquidação da Companhia.

2 – Aspectos econômicos e financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotou o novo pronunciamento técnico CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado pela Resolução CVM nº 28, onde estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, no que tange ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos e divulgação e apresentação das demonstrações financeiras exigidas por esse pronunciamento.

Em virtude da adoção do supracitado CPC, alguns demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa) foram excluídos das demonstrações financeiras. A fim de facilitar do acompanhamento anual da Administração da Companhia, sem prejuízo aos requerimentos emanados pelo

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pronunciamento técnico e resolução CVM descritos acima, optamos por apresentá-los no relatório do Liquidante, conforme abaixo:

a) Balanço Patrimonial

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.643	4.963
Tributos a recuperar	742	-
Total do circulante	<u>4.385</u>	<u>4.963</u>
Não circulante		
Tributos a recuperar	15.375	27.118
Tributos diferidos	4.141	5.827
Depósitos judiciais	766	697
Total do não circulante	<u>20.282</u>	<u>33.642</u>
Total do ativo	<u>24.667</u>	<u>38.605</u>
Passivo		
Circulante		
Tributos e contribuições sociais	37	53
Contas a pagar	42	52
Total do circulante	<u>79</u>	<u>105</u>
Não circulante		
Provisão para contingências	7.759	7.063
Total do não circulante	<u>7.759</u>	<u>7.063</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	42.745	42.745
Reserva de capital	9.287	9.287
Reservas de lucros	7.964	3.155
Partilha antecipada de ativos	(43.167)	(23.750)
Total do patrimônio líquido	<u>16.829</u>	<u>31.437</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>24.667</u>	<u>38.605</u>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demonstração do Resultado do Exercício

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas administrativas	(657)	(800)
Provisão para contingências	4.957	(17.137)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.300	(17.937)
Receita financeira	2.772	1.090
Despesa financeira	(129)	(51)
Resultado financeiro líquido	2.643	1.039
Resultado antes dos impostos	6.943	(16.898)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(449)	(40)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(1.685)	5.827
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.809	(11.111)
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação (em R\$):	0,07207	(0,16651)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação (em R\$):	0,07207	(0,16651)

O resultado da Companhia é composto, basicamente, pelo rendimento de aplicações financeiras e atualização de juros SELIC sobre o saldo de impostos a recuperar, deduzido das despesas necessárias ao processo de liquidação, tais como gastos com assessores, advogados e demais serviços prestados por terceiros.

A variação do resultado do exercício corrente, quando comparado ao apurado no exercício de 2021, é decorrente (i) do aumento dos rendimentos sobre aplicações financeiras indexadas ao CDI e dos juros Selic incidentes sobre o saldo de créditos fiscais. Em 2022 o valor do CDI acumulado no ano foi de 12,39% (4,39% em 2021) e, (ii) da provisão para contingências fiscais, reconhecida em virtude da adoção do novo CPC para Entidade em Liquidação, que determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados.

Ainda de acordo com o CPC para Entidades em Liquidação que entrou em vigor em 2021, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função da existência de processos judiciais de natureza tributária, bem como créditos fiscais pendentes de análise da Receita Federal do Brasil, conforme citado no contexto operacional, não é possível determinar nessa data o prazo de encerramento do período de Liquidação da Companhia, o que inviabiliza a mensuração da totalidade de suas receitas e despesas até o momento de sua extinção.

A Companhia não auferiu outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		(-) Partilha antecipada de ativos	Lucros acumulados	Patrim�nio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros a partilhar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.745	9.287	8.550	5.716	(23.750)	-	42.548
Prejuízo do exercício						(11.111)	367
Reversão de reservas			(5.395)	(5.716)		11.111	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	42.745	9.287	3.155	-	(23.750)	-	31.437
Lucro líquido do exercício						4.809	4.809
Constitui�o de reservas				4.809		(4.809)	-
Partilha antecipada de ativos					(19.417)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	42.745	9.287	3.155	4.809	(43.167)	-	16.829

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 42.745 e está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal.

A participação acionária é assim distribuída:

Acionistas	Qtde ações ON	Participações %
Fundação CESP	29.618.532	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	21.508.131	32,23
Fundação PETROBRAS de Seguridade Social – PETROS	15.198.071	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	404.144	0,60
	66.728.878	100%

- Distribuição de Resultados

Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27 de dezembro de 2018, deixou-se de constituir os dividendos mínimos obrigatórios.

- Reserva de Lucros:

Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27 de dezembro de 2018, deixou-se de constituir reserva legal.

Reserva de lucros a partilhar

Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27 de dezembro de 2018, e também que, dada essa característica jurídico/operacional de liquidação, em que até a sua conclusão não se efetuará provisionamentos de dividendos e/ou reservas, criou-se no patrimônio líquido a rubrica reserva de lucros a partilhar, que se destina a acumular todo o resultado apurado no período da liquidação. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros a partilhar é de R\$ 4.809.

- Partilha antecipada do ativo

Partilha de ativos	Ato societário	Valor Total (R\$ mil)
1º	AGE de 10 de maio de 2019	2.250
2º	AGE de 30 de junho de 2020	21.500
3º	AGE de 29 de abril de 2022	6.300
4º	AGE de 13 de setembro de 2022	10.181
5º	AGE de 18 de outubro de 2022	2.006
6º	AGE de 14 de dezembro de 2022	930
		43.167

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As partilhas antecipadas de ativos supracitadas ocorreram em decorrência do desconhecimento, naquelas datas, da existência de débitos pendentes da Companhia, e considerando que os recursos financeiros disponíveis superam em muito as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda possa ter até a finalização de seu processo de liquidação.

d) Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	6.943	(16.898)
Ajustes para:		
Juros, variações monetárias	(2.092)	(876)
Despesa com tributos	129	51
Provisão para contingências	(4.957)	17.137
	23	(586)
Aumento de Ativos e Passivos	18.074	305
Restituição de crédito fiscal	18.495	275
Impostos retidos na fonte	(116)	44
Tributos pagos	(296)	(24)
Contas a pagar e outros	10	10
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	18.097	(281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partilha antecipada de ativos aos acionistas	(19.417)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(19.417)	-
Redução líquida em caixa e equivalente de caixa	(1.320)	(281)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.963	5.244
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.643	4.963

3 – Quadro geral dos credores

Em 31 de dezembro de 2022 a relação de credores da Companhia se dá conforme abaixo:

Quadro Geral de Credores em 31 de dezembro de 2022	Em Reais
Créditos fiscais	36.889
Créditos quirografários	42.328
Total a pagar	79.217

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CRÉDITOS FISCAIS			
Natureza do tributo	Competência	Vencimento	Valor a pagar (Em Reais)
PIS a recolher	dez-22	25/01/2023	1.135
COFINS a recolher	dez-22	25/01/2023	6.982
IRRF sobre serviços tomados a recolher	dez-22	20/01/2023	675
CSRF sobre serviços tomados a recolher	dez-22	20/01/2023	2.093
IRPJ a recolher	dez-22	31/01/2023	18.592
CSLL a recolher	dez-22	31/01/2023	7.413
Total a pagar			36.889

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS			
Fornecedores de serviços	Competência	Vencimento	Valor a pagar (Em Reais)
Eximia Capital Partners Ltda	dez-22	10/01/2023	42.328
Total a pagar			42.328

4 – Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, não prestaram quaisquer outros serviços não-relacionados à auditoria externa da Bonaire.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

Eximia Capital Partners
Liquidante nomeado da Companhia

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Liquidação

NIRE n. 33300318968

CNPJ/MF n. 02.117.801/0001-67

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório do Liquidante, o qual inclui o Quadro Geral de Credores, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, ante os esclarecimentos prestados pelo Liquidante da Companhia, bem como os exames efetuados, e, ainda, considerando o relatório sem ressalvas emitido pelos auditores independentes Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, por unanimidade de seus membros, concluíram que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação e, assim, opinam favoravelmente ao encaminhamento de tais documentos para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Aloísio Macário Ferreira de Souza
Douglas José Nero
Ivan Mendes do Carmo

Aos
Administradores e acionistas da
Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação (“Companhia”) que compreendem a demonstração dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das mutações dos ativos líquidos, dos fluxos de caixa e das mutações dos ativos líquidos - complementar para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às entidades em liquidação, em especial a NBC TG 900 – Entidades em Liquidação.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia

Chamamos a atenção, conforme Nota Explicativa nº 1, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2018, os acionistas deliberaram e aprovaram a dissolução da Companhia e o início do processo de liquidação. No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação.

Atualmente, a dissolução da Companhia depende da conclusão dos processos de natureza tributária descritos na nota explicativa nº 7. De acordo com os consultores externos contratados pela Administração, todos os processos possuem chances possíveis de perda. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de março de 2022 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios estabelecidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Realização dos Impostos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.1, a Companhia possui tributos compensáveis que são compostos, principalmente, por Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$16.117 mil em 31 de dezembro de 2022. Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu a restituição de parte do montante contabilizado em 31 de dezembro de 2021 e continua enviando, regularmente, à Receita Federal do Brasil (RFB) requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) para a restituição da totalidade do montante.

Por representar o principal ativo da Companhia, cuja realização está pautada nas posições informadas pelos assessores jurídicos, consideramos este item como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria consistiram no recebimento e avaliação das respostas de circularização recebidas dos assessores jurídicos da Companhia e o recálculo da atualização monetária do ativo. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Esse assunto foi considerado principal assunto de auditoria, devido ao grau de subjetividade envolvendo a expectativa de realização destes impostos a recuperar.

Contingências fiscais

Conforme Nota Explicativa nº 7, a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, no montante de R\$ 7.759, referente ao Auto de Infração lavrado para cobrança de imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio pagos nos ano-calendário de 2016, 2017 e 2018, cujos processos administrativos relacionados possuem classificação de perda possível.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado depósitos judiciais, no montante de R\$766 mil, referentes a Ação Anulatória em busca de decisão judicial que reconheça definitivamente a improcedência dos débitos de CSLL exigidos pela União (Fazenda Nacional), cuja classificação em

2022 é de perda remota. Tais ações e os respectivos depósitos judiciais estão mencionados em Nota Explicativa nº 7.

Esse assunto foi considerado principal assunto de auditoria, devido ao grau de subjetividade envolvendo as estimativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, consideramos a avaliação dos critérios contábeis adotados pela Companhia no reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes, bem como sua divulgação nas demonstrações financeiras, tomando por base os pareceres e opiniões dos assessores jurídicos que patrocinam esses processos de acordo com seus status atuais e classificação de riscos,

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os saldos das provisões, passivos contingentes e suas divulgações são adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do Liquidante, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude e erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de descontinuidade operacional aprovada com base na decisão dos acionistas em AGE de 30 de abril de 2015. Sendo assim, estamos inserindo parágrafo de descontinuidade operacional, chamando a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Sheila Conrado
Contador - CRC-RJ 086.265/O-4

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS
 Em 31 de dezembro de 2022
 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	DAL de Abertura 31/12/2021	Ajustes Não Caixa para DAL Abertura	DAL 31/12/2021	DAL 31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	4.963	-	4.963	3.643
Tributos a recuperar	(5.1)	37.192	(10.074)	27.118	16.117
Tributos diferidos	(5.2)	-	5.827	5.827	4.141
Depósitos judiciais		697	-	697	766
Total dos ativos		42.852	(4.247)	38.605	24.667
Passivos					
Tributos e contribuições sociais	(6)	53	-	53	37
Contas a pagar		52	-	52	42
Provisão para contingências	(7)	-	7.063	7.063	7.759
Total dos passivos		105	7.063	7.168	7.838
Ativos líquidos		42.747	(11.310)	31.437	16.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS
 Em 31 de dezembro de 2022
 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	DAL Abertura em 31/12/2021	DAL em 31/12/2022
Venda de ativos e serviços		-	-
Ajuste valor de liquidação			
Tributos a recuperar	(5.1)	(10.074)	5.653
Tributos diferidos	(5.2)	5.827	(1.686)
Partilha antecipada de ativos		-	(19.417)
Ajuste passivos líquidos		-	-
Ajuste provisões			
Contingências fiscais	(5.1 e 7)	(7.063)	(696)
Gastos do período			
Compensação de tributos		-	(163)
Impostos pagos		-	(449)
Gastos de liquidação		-	(622)
Ganho financeiro			
Juros aplicação CDB		-	680
Juros Selic s/ créditos fiscais		-	2.023
Atualização monetária de depósitos judiciais		-	69
Variação dos ativos líquidos		(11.310)	(14.608)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>DAL Abertura em 31/12/2021</u>	<u>DAL em 31/12/2022</u>
Realização de Ativos		
Restituição de créditos fiscais	-	18.495
Rendimentos financeiros	-	528
Partilha antecipada de ativos	-	(19.417)
Pagamento de Passivos		
Pagamento de fornecedores de serviços	-	(630)
Pagamento de impostos	-	(296)
Caixa Gerado (consumido)	<u>-</u>	<u>(1.320)</u>
Saldo inicial de caixa	4.963	4.963
Saldo final de caixa	4.963	3.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em 31 de dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(657)	(800)
Valor adicionado bruto	<u>(657)</u>	<u>(800)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(657)</u>	<u>(800)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	7.729	(16.047)
Receitas financeiras	2.772	1.090
Provisão para contingências	4.957	(17.137)
Valor adicionado total a distribuir	<u>7.072</u>	<u>(16.847)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>7.072</u>	<u>(16.847)</u>
Impostos, taxas e contribuições	(2.263)	(5.736)
Remuneração de capitais próprios	4.809	(11.111)
Lucros retidos (absorvidos)	4.809	(11.111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como cotista ou acionista.

A sede da Companhia está localizada na Av. Ayrton Senna, nº 3.000, sala 4.098, Barra da Tijuca, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”). Diante disso, em 30 de novembro de 2017 foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia.

Dissolução da Companhia – Plano de Liquidação

Com a alienação dos investimentos acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de dezembro de 2018, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76.

No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação. Foi deliberado ainda, a nomeação de Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária de Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020, foi aprovada a destituição do liquidante Carlos Eduardo Reich de Sampaio e a nomeação da empresa Eximia Capital Partners como novo liquidante da Companhia.

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal do Brasil, conseqüentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos, não sendo possível mensurar a data de encerramento do período de Liquidação da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para Entidades em Liquidação aplicável a empresas em liquidação, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC Entidades em Liquidação, devem ser distintas das companhias em continuidade, pois possuem características e necessidades especiais para a elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o valor de liquidação, os ativos estão mensurados pelos valores esperados de realização e os passivos estão mensurados pelos valores formal e legalmente devidos.

Com parecer favorável do Conselho Fiscal, a emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Liquidante da Companhia em 13 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

Considerando que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações.

De acordo com o CPC para entidades em Liquidação que entrou em vigor em 2021, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua Liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função, do prazo indeterminado para encerramento do período de Liquidação da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1, não é possível projetar as receitas e despesas até o momento de sua extinção.

Ainda em virtude da adoção do novo CPC para Entidade em Liquidação, que determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados, a Companhia reconheceu provisão para perda de créditos fiscais (conforme descrito na nota explicativa nº 5.1) e provisão para contingência (conforme descrito na nota explicativa nº 7).

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Desta forma, a Companhia revisa as estimativas e as premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e são aplicados de maneira prospectiva.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Demonstrações contábeis

A Companhia elaborou as demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa, nos termos do pronunciamento técnico CPC para Entidades em Liquidação, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros da Companhia possuem pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O principal ativo financeiro que a Companhia possui é o caixa e equivalente de caixa.

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado e liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “*pro-rata temporis*” até a data do encerramento do exercício.

3.3 Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.4 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.5 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos diferidos são compensados quando existir um direito legalmente exercível de compensar os ativos e passivos fiscais corrente.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos por meio do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

A Companhia reconhece provisões para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em atendimento ao novo CPC para Entidades em Liquidação, a Companhia provisionou em contrapartida do resultado dos exercícios de 2022 e 2021 os processos tributários, que se encontram em aberto, avaliados pelos seus consultores jurídicos com a probabilidade de perda possível.

3.8 Adoção das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas

Pronunciamento CPC para Entidades em Liquidação.

A norma deve ser adotada por toda entidade em liquidação, seja liquidação voluntária, liquidação por entidade reguladora, liquidação extrajudicial, liquidação judicial, autofalência, falência, insolvência civil e qualquer outra forma de liquidação que lei ou regulamento venha a definir.

A norma entra em vigor a partir da determinação de cada órgão regulador. Até o momento, com aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 900, e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Resolução CVM nº 28/2021, vê-se que ambas indicaram data de adoção obrigatória a partir de 1º de junho de 2021.

Em virtude da adoção da supracitada norma ocorreram os impactos nos saldos contábeis da Companhia, conforme divulgado na demonstração da mutação dos ativos líquidos.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
CDB - Certificado de depósito bancário	3.643	4.963
	3.643	4.963

A Companhia possui seus recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banco Bradesco S.A. que possui rentabilidade de 100% do CDI e liquidez imediata.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

5.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2022	2021
Imposto de Renda antecipado	18.778	32.496
Contribuição Social antecipada	1.750	4.670
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10	1
(-) Provisão para perda de ativos	(4.421)	(10.074)
	16.117	27.093

Refere-se ao imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras e às antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Em virtude do CPC para Entidades em Liquidação, que entrou em vigor em 2021 e determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada possível ou provável, foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perda de ativos fiscais no montante de R\$ 4.421 (R\$ 10.074 em 2021), referente a créditos fiscais que estão sendo discutidos na esfera administrativa e cujos processos possuem classificação de perda possível pelos advogados. Em 2022, houve reversão da provisão no montante de R\$ 5.653 em virtude da restituição recebida de parte dos saldos de DCOMPS vinculadas aos processos provisionados.

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de imposto de renda e de contribuição social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2022, o montante pleiteado corresponde a R\$ 20.528 (R\$ 37.124 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu restituição de créditos fiscais da Receita Federal do Brasil totalizando o montante de R\$ 18.495.

5.2 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre provisão para contingências fiscais, conforme detalhado na nota explicativa nº 7, calculados pelas alíquotas 25% e 9%, respectivamente, como demonstrado abaixo:

	2022	2021
Provisão para perda de créditos fiscais	(4.421)	(10.074)
Provisão para contingências fiscais	(7.759)	(7.063)
Total de provisões fiscais	(12.180)	(17.137)
IR Diferido (25%)	3.045	4.284
CS Diferido (9%)	1.096	1.543
	4.141	5.827

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2022	2021
IRPJ e CSLL	26	40
PIS e COFINS	8	8
Tributos retidos s/ serviços tomados	3	5
	37	53

7 CONTINGÊNCIAS

Em atendimento ao novo CPC para Entidades em Liquidação, a Companhia reconheceu provisão para contingência, no montante de R\$ 7.759 (R\$ 7.063 em 2021), referente ao Auto de Infração lavrado para cobrança de imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio pagos nos anos-calendário de 2016, 2017 e 2018, cujos processos administrativos relacionados possuem classificação de perda possível.

Adicionalmente, a Companhia possui processo judicial na 3ª Vara do Fórum Federal do Rio de Janeiro, cuja classificação em 2022 é de perda remota, no valor atualizado de R\$ 626 (R\$ 590 em 2021). Trata-se de Ação Anulatória em busca de decisão judicial que reconheça definitivamente a improcedência dos débitos de CSLL exigidos pela União (Fazenda Nacional), tendo em vista que a Companhia entende deter o direito à integralidade do crédito de saldo negativo apurado no exercício de 2011 (ano-calendário de 2010). Existe depósito judicial vinculado a essa ação, que em 31 de dezembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 766 (R\$ 697 em 2021).

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos financeiros

Referem-se à caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza	Nível (*)	2022		2021	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3.643	3.643	4.963	4.963

Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

c) Risco de taxa de juros

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras indexadas ao CDI. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

d) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 12,39% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 451. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	3.643	baixa do CDI	38	(85)	(207)
Total de variação da receita financeira			38	(85)	(207)

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 13,42% conforme informações disponibilizadas pelo mercado e comparadas com o CDI acumulado dos últimos 12 meses.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1.

9 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, bem como não possui quaisquer dependências econômicas, financeiras ou tecnológicas com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da Administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

10 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de janeiro de 2023, a Companhia recebeu restituição de créditos fiscais da Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 47.

Em 08 de março de 2023, a Companhia recebeu restituição de créditos fiscais da Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 3.698.

* * *

Eximia Capital Partners – Liquidante nomeado da Companhia
Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DECLARAÇÃO DO LIQUIDANTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

Pela presente, em atenção ao disposto no art. 27, inciso VI da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, na qualidade de Liquidante da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), revisei, discuti e concordo com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Eximia Capital Partners
Liquidante nomeado da Companhia

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DECLARAÇÃO DO LIQUIDANTE SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

Pela presente, em atenção ao disposto no art. 27, inciso V da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, na qualidade de Liquidante da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), revisei, discuti e concordo com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Eximia Capital Partners
Liquidante nomeado da Companhia